

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.968 - RS (2019/0166326-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : LUCAS GABRIEL ARAUJO LOPES (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por LUCAS GABRIEL ARAUJO LOPES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 0111158-89.2019.8.21.7000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante, no dia 23/2/2019 (prisão convertida em preventiva), e foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal Brasileiro, porque, aliado aos corréus, roubou o veículo da vítima Tairon, usando simulacro de pistola Taurus (e-STJ fls. 271/273).

A defesa formulou pedido de liberdade provisória do acusado. O Juízo singular, contudo, indeferiu o pleito (e-STJ fl. 252).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual alegando, em síntese, que a decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente carece de fundamentação. Sustentou que o réu é primário e não foi analisada a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas. Sublinhou, ainda, que a prisão é nula, pois não houve audiência de custódia.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos do acórdão (e-STJ fls. 277/288).

Na presente oportunidade, a defesa reitera que o decreto de prisão preventiva do recorrente não teve a devida fundamentação, observando somente a gravidade do delito. Sublinha que os requisitos autorizadores da

medida constritiva, previstos no art. 312 do CPP, não são vistos no caso. Reitera que não houve audiência de custódia.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial visando a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, ao que parece, o Tribunal de origem resolveu por manter a segregação cautelar do paciente como forma de garantir a ordem pública, levando em consideração a gravidade concreta do delito, a periculosidade social do acusado e seu risco de reiteração delitiva, conforme se extrai do trecho transcrito do acórdão (e-STJ fls. 285/286):

(...). Inicialmente, cabe registrar, mais uma vez que, ao contrário do que alega a defesa, a decisão que decretou a prisão preventiva encontra-se satisfatoriamente fundamentada, construída sobre os pilares da legalidade, tendo em vista que foram apontadas as características do fato, bem como a necessidade da segregação dos pacientes, para garantia da ordem pública.

Não há que se falar em insuficiência de provas da existência do crime ou de indícios suficientes da autoria, ainda mais por se tratar de prisão em flagrante, analisado, além da gravidade abstrata do delito, a sua gravidade concreta.

Desse modo, restam atendidas as previsões do artigo 312 do Código de Processo Penal. (...). Trata-se de fato ocorrido no litoral, em período de veraneio, presente a grave ameaça e o concurso de agentes. Justificada a prisão, e sua manutenção, seja para preservar a ordem pública, no sentido de evitar

repetição de ações criminosas, bem como para assegurar regular andamento à ação penal. (...).

Cumpre asseverar que em 24/02/2019 o auto de prisão em flagrante do recorrente foi homologado, sendo decretada, neste momento, sua prisão preventiva. Assim, com o decreto de prisão preventiva, encontra-se superada a alegada nulidade ante a ausência de audiência de custódia, pois tal determinação constitui novo título segregatório (e-STJ fl. 286).

Lado outro, eventuais condições subjetivas favoráveis não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Assim, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada ilegalidade. Vale ressaltar, ademais, que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator